

O ALVORECER DA DITADURA CIVIL-MILITAR EM PARINTINS: A ATUAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL E SUAS RELAÇÕES COM O REGIME AUTORITÁRIO

THE DAWN OF THE CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN PARINTINS: THE ROLE OF THE CITY COUNCIL AND ITS RELATIONS WITH THE AUTHORITARIAN REGIME



Daniel Rodrigues de Lima¹

Resumo

O artigo analisa a postura da Câmara Municipal de Parintins durante os primeiros momentos do golpe militar de 1964, destacando o alinhamento político e a inércia legislativa frente ao novo regime autoritário. A análise documental das atas revela que, apesar das mudanças institucionais em âmbito nacional, a administração municipal manteve uma aparência de continuidade. A Câmara enviou mensagens de apoio ao "movimento revolucionário", evidenciando adesão discursiva ao golpe. No entanto, questões importantes, como a cassação do governador Plínio Ramos Coelho e a eleição indireta de Arthur César Ferreira Reis como governador do Amazonas, não receberam atenção dos vereadores, ilustrando sua conivência ou silêncio estratégico. O estudo aponta que, além do temor de retaliações, havia alinhamento ideológico de parte dos legisladores com o regime. A repressão política, exemplificada pela prisão de lideranças e o empastelamento de jornais opositores, reforça a narrativa de uma repressão abrangente no Amazonas. A ausência de manifestações críticas e a omissão em momentos chave refletem a fragilidade das instituições locais em resistir às imposições autoritárias. O artigo conclui que a Câmara de Parintins desempenhou um papel na legitimação do regime militar, demonstrando como o autoritarismo alcançou esferas locais e influenciou dinâmicas políticas municipais, mesmo em contextos distantes dos grandes centros de poder.

Palavras-chave: Golpe Civil-Militar de 1964; Câmara Municipal de Parintins; Repressão Política.

Abstract

This article analyzes the stance of the Parintins City Council during the initial stages of the 1964 military coup, highlighting its political alignment and legislative inertia in the face of the new authoritarian regime. A documentary analysis of the minutes reveals that, despite national institutional changes, the municipal administration maintained an appearance of continuity. The City Council sent messages of support for the "revolutionary movement," showing discursive adherence to the coup. However, significant issues such as the removal

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM. E-mail: drdelima@hotmail.com.



of Governor Plínio Ramos Coelho and the indirect election of Arthur César Ferreira Reis as governor of Amazonas were overlooked by the councilors, illustrating their complicity or strategic silence. The study suggests that, in addition to fear of retaliation, there was ideological alignment among some legislators with the regime. Political repression, exemplified by the imprisonment of leaders and the silencing of opposition newspapers, reinforces the narrative of widespread repression in Amazonas. The absence of critical manifestations and omissions at key moments reflects the fragility of local institutions in resisting authoritarian impositions. The article concludes that the Parintins City Council played a role in legitimizing the military regime, demonstrating how authoritarianism reached local spheres and influenced municipal political dynamics, even in contexts distant from the major power centers.

Keywords: 1964 Civil-Military Coup; Parintins City Council; Political Repression.

Introdução

Este artigo analisa as dinâmicas políticas locais em Parintins, município do interior do Amazonas, durante os primeiros anos do regime ditatorial instaurado no Brasil em 1964. O foco principal recai sobre as ações e posturas da Câmara Municipal da cidade, enquanto espaço representativo do poder local, e sua interação com os desdobramentos do golpe militar que resultou na queda do governo constitucional de João Goulart. A análise se fundamenta em atas legislativas, documentos oficiais e fontes históricas que permitem reconstruir os processos políticos, sociais e institucionais do período, ressaltando as peculiaridades de Parintins em um contexto de repressão autoritária que atingiu todo o território brasileiro.

Enquanto o país mergulhava em um cenário de instabilidade e repressão, marcado pelo fechamento do Congresso Nacional, a cassação de mandatos políticos, a censura e a perseguição de opositores, Parintins vivenciou uma transição aparentemente tranquila no âmbito político-institucional. No entanto, tal estabilidade pode ser interpretada não como ausência de conflitos, mas como resultado de um processo de alinhamento político e de adesão estratégica às diretrizes do novo regime. A Câmara Municipal, composta por lideranças locais, mostrou-se um palco de conformidade e legitimação das novas estruturas de poder, muitas vezes replicando as narrativas oficiais que justificavam o golpe como uma "revolução" necessária para conter supostos perigos comunistas e restaurar a ordem democrática, discurso amplamente utilizado pelos militares e seus apoiadores.



Este trabalho busca aprofundar a compreensão de como as relações entre os poderes locais e o regime autoritário se desenharam em uma região distante dos principais centros de decisão política nacional. Apesar da aparente marginalidade geográfica, Parintins reflete dinâmicas políticas que reforçam a abrangência do autoritarismo e sua capilaridade na política municipal. Ao investigar as tensões políticas locais, a postura dos vereadores e as interações entre diferentes agentes políticos, o artigo discute como a ditadura civil-militar encontrou apoio e sustentação mesmo em municípios interioranos.

Dessa forma, o estudo evidencia que a articulação entre o poder local e o regime autoritário não apenas legitimou as arbitrariedades do golpe, mas também contribuiu para consolidar as estruturas repressivas que marcaram o Brasil durante a ditadura. Ao lançar luz sobre o papel das instituições parintinenses nesse contexto, este artigo oferece uma contribuição significativa para os estudos sobre o impacto do regime militar em realidades locais, ressaltando as conexões entre os eventos nacionais e as especificidades regionais.

A Implementação da Ditadura Civil-Militar no Brasil a partir de 1964

O golpe civil-militar de 1964 e os 21 anos subsequentes de ditadura civil-militar no Brasil foram alvos de extensos estudos históricos e sociológicos. O debate acadêmico sobre o tema aborda causas, estratégias de implementação, a atuação de elites civis e militares, o impacto social e as formas de resistência. A partir de análises abrangentes, diferentes autores revelam as complexidades desse período autoritário, destacando o papel das relações internacionais, as alianças internas e os mecanismos de repressão.

René Dreifuss (1988), em *1964: A Conquista do Estado*, propõe uma análise estrutural das condições que levaram ao golpe, atribuindo-o a uma coalizão cívico-militar formada por elites empresariais e setores das Forças Armadas. O golpe foi uma reação direta às reformas de base promovidas pelo governo João Goulart, que ameaçavam interesses econômicos estabelecidos. Ele detalha como a aliança entre o empresariado nacional, grandes multinacionais e o governo norte-americano desempenhou papel central na construção de um consenso anticomunista que justificava o golpe como um “mal necessário” para conter supostas ameaças à ordem e à propriedade. A pesquisa de Dreifuss



também destaca a organização empresarial e suas estratégias de comunicação para influenciar a opinião pública, criando um ambiente de apoio ao golpe.²

Uma das principais contribuições de Dreifuss (1988) é a análise das reformas de base propostas por Goulart, que incluíam medidas como a reforma agrária, tributária e educacional, além de maior intervenção estatal na economia. Essas reformas foram interpretadas pelas elites econômicas como uma ameaça direta aos seus interesses, em especial no que diz respeito à redistribuição de terras e à regulamentação de empresas estrangeiras. Esse cenário foi agravado pela polarização política da época, que culminou na construção de uma narrativa anticomunista amplamente difundida por essas mesmas elites e que associava as reformas de Goulart a uma suposta conspiração socialista. Dreifuss mostra que essa narrativa serviu como um instrumento central para mobilizar apoio ao golpe, convencendo parcelas significativas da sociedade de que a derrubada de Goulart era necessária para a preservação da democracia e da liberdade.

Um ponto de destaque na análise de Dreifuss (1988) é o papel das estratégias de comunicação empresarial na criação de um clima de apoio ao golpe. Ele detalha como entidades empresariais, como o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), desempenharam um papel crucial na disseminação de propaganda anticomunista, utilizando jornais, revistas, programas de rádio e televisão. Essas organizações financiadas por empresários nacionais e multinacionais não apenas moldaram a opinião pública, mas também influenciaram políticos e membros das Forças Armadas, reforçando a percepção de que o governo de Goulart era incapaz de manter a estabilidade econômica e a ordem social.

A pesquisa de Dreifuss (1988) evidencia também a participação norte-americana no processo que culminou no golpe, destacando o alinhamento das elites empresariais brasileiras com os interesses estratégicos dos Estados Unidos na América Latina. Durante a Guerra Fria, a política externa norte-americana, guiada pela Doutrina de Contenção, buscava evitar a proliferação de governos progressistas ou socialistas no hemisfério ocidental. O apoio dos EUA ao golpe, tanto financeiro quanto logístico, não apenas fortaleceu as forças golpistas, mas também consolidou o Brasil como um aliado estratégico na região.

² DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.



No plano crítico, a obra de Dreifuss (1988) contribui para desmistificar a ideia de que o golpe foi exclusivamente uma reação militar ou fruto de um colapso político inevitável. Sua análise estrutural revela a intencionalidade e a articulação das elites civis e militares na captura do Estado, demonstrando como a ditadura foi planejada e implementada para atender aos interesses dessas elites. No entanto, algumas críticas podem ser levantadas quanto ao escopo de sua abordagem. Embora Dreifuss explore com profundidade as condições estruturais e os interesses das elites, ele tende a subestimar a complexidade das resistências sociais e das forças populares que também desempenharam um papel significativo no período. Essa visão pode, em parte, reduzir a agência dos atores sociais que lutaram contra o golpe e a ditadura.

A análise de Dreifuss (1988) ilumina as intersecções entre economia, política e ideologia, revelando o golpe de 1964 como uma articulação sofisticada e multifacetada das elites para garantir a manutenção de seu poder. Sua obra desafia interpretações simplistas e destaca a importância de compreender o papel das relações de classe e das dinâmicas internacionais na conformação do autoritarismo brasileiro, oferecendo uma base sólida para debates sobre a memória e as consequências desse período na história do Brasil.

Carlos Fico (2017), em *O Grande Irmão*, oferece uma análise detalhada da estrutura repressiva implementada pelo regime militar. Ele argumenta que a ditadura não se limitou a um controle militar direto, mas instituiu um aparato de vigilância e censura que atingia a sociedade em múltiplos níveis. O Serviço Nacional de Informações (SNI) é apresentado como o eixo central desse sistema, articulando redes de espionagem que monitoravam tanto opositores políticos quanto a população geral. Além disso, Fico descreve como o regime utilizou estratégias de propaganda para justificar suas ações, associando o governo à ideia de progresso e segurança. Para ele, a repressão não era apenas física, mas também simbólica, moldando um ambiente de medo e autocensura.³

Um dos pilares centrais desse aparato repressivo, segundo Fico (2017), foi o Serviço Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 como um órgão essencial para a sustentação da ditadura. O SNI não apenas centralizou as atividades de inteligência, mas também articulou uma vasta rede de espionagem

³ FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.



que monitorava políticos, intelectuais, líderes sindicais, estudantes e qualquer cidadão suspeito de representar uma ameaça à ordem estabelecida. Essa vigilância, contudo, não se limitava aos círculos oposicionistas; ela se estendia ao cotidiano das pessoas comuns, com agentes infiltrados em organizações civis, empresas e instituições religiosas, gerando uma sensação de controle onipresente.

Fico (2017) destaca que a repressão implementada pelo regime militar não era apenas coercitiva, mas também simbólica. Por meio de estratégias de propaganda, o governo procurava justificar suas ações repressivas como necessárias para a proteção da ordem, da segurança nacional e do progresso econômico. Slogans como "Brasil, ame-o ou deixe-o" e campanhas patrióticas promovidas em meios de comunicação ajudaram a criar um imaginário nacional que associava o regime à estabilidade e à modernização, ao mesmo tempo em que marginalizava e deslegitimava seus críticos.

Um aspecto inovador da análise de Fico (2017) é sua ênfase no caráter psicológico e cultural da repressão. Ele argumenta que a censura, por exemplo, não era apenas uma ferramenta para silenciar vozes dissidentes, mas também um instrumento para moldar a própria produção cultural e a percepção pública. Ao controlar o que podia ou não ser publicado, exibido ou debatido, o regime moldava o ambiente intelectual e cultural do país, promovendo a autocensura entre artistas, jornalistas e acadêmicos. Esse tipo de repressão simbólica foi tão eficaz quanto as prisões e torturas, pois gerava um clima de conformidade e inibição criativa.

A propaganda desempenhou um papel crucial nesse processo, funcionando como um meio de reforçar o discurso oficial e desviar a atenção das práticas repressivas. A ditadura soube manipular imagens de progresso econômico, como o "milagre brasileiro", para projetar uma narrativa de sucesso que mascarava as desigualdades sociais e a violência estatal. Essa estratégia de manipulação ideológica ajudou a consolidar a ideia de que o regime militar era um "mal necessário" para evitar o caos político e econômico.

Fico (2017) também problematiza a relação entre repressão e modernidade. Ele aponta que, ironicamente, o regime militar utilizou tecnologias modernas e métodos avançados de vigilância para impor um controle autoritário. Sistemas informatizados de monitoramento e fichamento de cidadãos



permitiram ao governo criar um banco de dados detalhado sobre indivíduos, antecipando práticas que se tornariam comuns em regimes autoritários contemporâneos. Essa utilização da modernidade para fins de repressão reflete uma contradição intrínseca do regime, que buscava projetar uma imagem de progresso enquanto restringia liberdades básicas.

Uma contribuição significativa de Fico (2017) é sua análise das consequências sociais e psicológicas desse ambiente de controle. A repressão simbólica e o clima de vigilância constante criaram uma sociedade marcada pelo medo e pela desconfiança, com impactos duradouros na memória coletiva e na cultura política do Brasil. Mesmo após o fim da ditadura, o legado desse sistema repressivo continuou a influenciar as instituições e as relações sociais, alimentando práticas autoritárias e um déficit democrático que ainda persiste.

A obra de Fico (2017) destaca a importância de compreender o caráter multifacetado da repressão durante a ditadura militar brasileira. Ao analisar como o controle estatal operou em níveis físicos, simbólicos e ideológicos, o autor oferece uma visão complexa que transcende as explicações simplistas de autoritarismo militar. Essa abordagem é essencial para compreender não apenas o período ditatorial, mas também os desafios da consolidação democrática no Brasil.

Elio Gaspari (2002), em sua série de livros sobre a ditadura – *como A Ditadura Envergonhada* e *A Ditadura Escancarada* –, traz uma narrativa minuciosa sobre os bastidores do regime. Gaspari descreve as disputas internas entre diferentes grupos militares, como a linha dura e os moderados, destacando a implementação do AI-5 como ponto de inflexão. Ele argumenta que o regime, ao mesmo tempo em que buscava promover um modelo de modernização econômica, fazia uso sistemático de tortura e assassinatos políticos para garantir sua sobrevivência. Um dos méritos da obra de Gaspari é mostrar como o autoritarismo foi normalizado no cotidiano brasileiro, com setores da sociedade aceitando as violações de direitos em troca de estabilidade econômica e social.⁴

Heloísa Starling e Lilia Schwarcz (2015), em *Brasil: Uma Biografia*, contextualizam o regime militar dentro de uma narrativa mais ampla da história brasileira. Elas argumentam que a ditadura deve ser entendida como uma

⁴ GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



continuidade de práticas autoritárias presentes em momentos anteriores, como o Estado Novo (1937-1945). A obra enfatiza que a repressão não era apenas uma ferramenta de contenção, mas parte de uma tentativa de legitimar o regime por meio de um discurso moralista que associava segurança nacional à eliminação de opositores. Para as autoras, a violência estatal foi acompanhada por um esforço de construção de uma memória oficial que apagasse as marcas da resistência.⁵

Marcos Napolitano (2004), em *1964: História do Regime Militar Brasileiro*, adota uma abordagem que integra os aspectos políticos, sociais e culturais da ditadura. Ele argumenta que a repressão foi tanto um mecanismo de controle político quanto um instrumento de formação social, desarticulando movimentos estudantis, sindicatos e outras organizações. Napolitano também destaca a centralidade do discurso de ordem e progresso como forma de disciplinar a população, moldando comportamentos e despolitizando as relações sociais. Ele aponta ainda a resistência de setores culturais, como o cinema e a música, que, mesmo sob censura, encontraram maneiras de questionar o regime.⁶

Daniel Aarão Reis (2014), em *Ditadura e Democracia no Brasil: Do Golpe de 1964 à Constituição de 1988*, amplia o debate ao abordar o papel das lideranças civis na consolidação do regime. Ele sustenta que a ditadura foi um regime “civil-militar”, com a ativa participação de empresários, políticos e parte da imprensa. Reis também analisa como a repressão moldou as formas de resistência, levando ao surgimento de movimentos clandestinos e redes de solidariedade. Sua obra enfatiza a importância de compreender as ambiguidades do período, apontando como setores que inicialmente apoiaram o golpe, como a Igreja Católica, mais tarde se voltaram contra o regime.⁷

Beatriz Kushnir (2004), em *Cães de Guarda: Jornalistas e Censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, oferece uma análise específica do papel da imprensa na sustentação do regime. Ela revela como muitos jornalistas e veículos de comunicação atuaram como colaboradores do sistema repressivo, seja por alinhamento ideológico, seja por interesse econômico. Kushnir destaca o uso da

⁵ STARLING, Heloísa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

⁶ NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2004.

⁷ REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.



censura como ferramenta de controle, mas também aponta a resistência de alguns veículos que desafiaram as imposições do regime. Sua pesquisa ilumina a relação complexa entre mídia e autoritarismo, mostrando que a censura não foi apenas uma imposição, mas também resultado de cooperação voluntária.⁸

Essas obras refletem a riqueza e a complexidade do debate historiográfico sobre o golpe de 1964 e a ditadura que se seguiu. Elas oferecem uma compreensão mais ampla dos mecanismos de poder e das estratégias de repressão, bem como das diversas formas de resistência que marcaram o período. Ao revisitar essas análises, reforça-se a importância de estudar o passado autoritário para compreender as fragilidades democráticas do presente e construir um futuro mais justo e igualitário.

O Golpe de 1964 e seus desdobramentos no Amazonas: repressão política, controle institucional e silenciamento de oposições

A Ditadura Civil-Militar no Brasil consolidou-se por meio de um golpe de Estado liderado pelo alto comando das Forças Armadas, em aliança com setores conservadores da sociedade. Esse movimento antidemocrático culminou na destituição forçada do presidente João Goulart, cujo mandato era legítimo e alinhado aos interesses populares. A ação, simbolizada pela mobilização das tropas do General Olímpio Mourão Filho, revelou o desprezo das elites militares e civis pelo processo democrático, levando Goulart a buscar exílio no Uruguai. O episódio marcou o início de um regime autoritário que reprimiu direitos civis, perseguiu opositores e instaurou um sistema de censura e violência estatal.⁹

O poder foi transferido interinamente a Ranieri Mazzilli, em um processo que evidenciou a submissão das instituições democráticas às forças militares. O Congresso Nacional, cercado por tropas da 4ª divisão de Infantaria do I Exército, tornou-se palco de uma sessão destinada apenas a legitimar e formalizar a destituição do presidente João Goulart. A ação contou com a anuência de amplos setores do Parlamento, do Judiciário, de governadores de estado, prefeitos, além

⁸ KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2004.

⁹ PINHEIRO, Maria Paula; RIBEIRO, Jandira Magalhães; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Censura e disputas políticas no Amazonas: os casos dos jornais A Gazeta e O Trabalhista. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **História Impresas: Imprensa e Periodismo na região Norte (1930-1988).** Manaus: Editora Valer (2022).



de representantes da sociedade civil, incluindo uma parcela da imprensa e setores conservadores do clero católico. Essa aliança oportunista consolidou a ruptura democrática e pavimentou o caminho para o regime autoritário que se seguiria.

10

No caso do Estado do Amazonas, a situação política se mostrou especialmente complexa. Embora o governador Plínio Ramos Coelho (PTB) tenha inicialmente conseguido se manter no poder após o golpe de 1964, as tensões internas envolvendo conflitos com as elites econômicas e políticas locais, aliadas à nova conjuntura nacional, deixavam clara a fragilidade de sua posição. A aliança entre as forças militares e as elites locais, alinhadas aos interesses do regime autoritário, representava uma ameaça iminente à continuidade de seu governo, evidenciando como o golpe repercutiu de maneira distinta nas dinâmicas regionais, ao mesmo tempo em que reforçou a submissão das políticas estaduais à lógica centralizadora do novo regime.¹¹

Na chamada “operação limpeza”, os golpistas justificaram suas ações repressivas sob o pretexto de combater uma suposta “ameaça comunista”¹². Uma de suas primeiras demonstrações de autoritarismo foi a promulgação do Ato Institucional nº 1 (AI-1), em 9 de abril de 1964, um instrumento que simbolizava a ruptura com o Estado Democrático de Direito. Sob a coordenação da Junta Militar que assumiu o controle do país, o AI-1 cassou mandatos de 102 políticos democraticamente eleitos, revelando o caráter arbitrário do novo regime.¹³

Entre os atingidos estavam figuras de destaque no cenário político amazonense, como Gilberto Mestrinho (PTB), ex-governador do Amazonas (1958-1962) e deputado federal eleito por Roraima, e Almino Affonso, ex-ministro do Trabalho de João Goulart e então deputado federal. A exclusão desses líderes não apenas exemplifica a perseguição política generalizada, mas também evidencia a tentativa do regime de desarticular lideranças regionais opositoras e consolidar seu controle autoritário.¹⁴

¹⁰ Jornal do Comércio, 2 de abril de 1964, p.1.

¹¹ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Plínio Ramos Coelho: O Ganso do Capitólio. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; UGARTE, Auxiliomar Silva. **Trajetórias na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019.

¹² Jornal do Comércio, 2 de abril de 1964, p.1

¹³ Jornal do Comércio, 10 de abril de 1964, p.1.

¹⁴ PINHEIRO, Maria Paula; RIBEIRO, Jandira Magalhães; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Censura e disputas políticas no Amazonas: os casos dos jornais A Gazeta e O Trabalhista. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **História Impresas: Imprensa e Periodismo na região Norte (1930-1988)**. Manaus: Editora Valer, 2022. p.24-25.



No contexto da repressão promovida pelo regime autoritário instaurado em entre 31 de março e 1º de abril de 1964, outro político amazonense vitimado pelo expurgo foi Arlindo Porto, deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM). Sua cassação ocorreu de forma abrupta, evidenciando a perseguição a lideranças políticas regionais que não se alinhavam ao novo regime. Após uma sessão ordinária, Arlindo Porto não apenas perdeu seu cargo, mas também foi preso, demonstrando como a lógica repressiva do golpe alcançou as esferas legislativas estaduais, eliminando vozes dissidentes e consolidando o controle político por meio da força e da intimidação. Esse episódio simboliza a extensão do autoritarismo do regime, que não poupou nem mesmo as instituições democráticas locais.¹⁵

Os atos repressivos da Ditadura Civil-Militar no Amazonas também atingiram diretamente a Câmara Municipal de Manaus, onde vereadores vinculados ao PTB, como Manoel Rodrigues, ex-dirigente do Sindicato dos Estivadores, e Nathanael Othon Mendes, tiveram seus mandatos arbitrariamente cassados. Essa ofensiva contra lideranças políticas locais ilustra a estratégia do regime de desarticular movimentos trabalhistas e eliminar opositores em todas as esferas do poder. Além disso, o próprio Sindicato dos Estivadores, que desempenhava um papel fundamental na organização da classe trabalhadora, sofreu intervenção direta, demonstrando o caráter coercitivo e autoritário do regime. Esses episódios evidenciam como a repressão ultrapassou o campo político, atingindo também organizações sociais e trabalhistas, que foram silenciadas em nome da consolidação do poder ditatorial.¹⁶

Em junho de 1964, o governador do Amazonas, Plínio Ramos Coelho, foi destituído do cargo, com seu mandato suspenso e seus direitos políticos cassados por um período de 10 anos. Essa ação marcou o aprofundamento da repressão política no estado, alinhada ao regime autoritário que consolidava seu poder. Em seu lugar, Arthur César Ferreira Reis foi escolhido governador por meio de uma eleição indireta conduzida pela Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM), um processo que simbolizava a subserviência das instituições locais à lógica

¹⁵ Jornal do Comércio, 6 de maio de 1964, p. 8

¹⁶ PINHEIRO, Maria Paula; RIBEIRO, Jandira Magalhães; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Censura e disputas políticas no Amazonas: os casos dos jornais A Gazeta e O Trabalhista. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **História Impressas: Imprensa e Periodismo na região Norte (1930-1988)**. Manaus: Editora Valer, 2022. p.24-25.



centralizadora e antidemocrática do regime. Sob o discurso de apoiar o “movimento revolucionário”, Arthur Reis intensificou a repressão aos setores políticos que se opunham ou que eram percebidos como adversários do governo autoritário, ampliando o controle e a censura no estado em nome da manutenção da ordem ditatorial.¹⁷

Em agosto de 1964, o governador Arthur César Ferreira Reis ordenou a prisão de Plínio Ramos Coelho, ex-governador do Amazonas, em um ato que escancarava o caráter repressivo do regime. No entanto, essa ação gerou uma crise entre o Executivo estadual e o Judiciário amazonense, que concedeu um habeas corpus para a soltura de Plínio, desafiando a autoridade arbitrária do governador. Os excessos de Arthur Reis, contudo, não se limitaram a essa prisão. No mesmo dia, sob suas ordens, o prédio da Assembleia Legislativa do Amazonas (ALEAM) foi tomado por forças militares, uma demonstração clara de intimidação e cerceamento das atividades parlamentares. Além disso, os jornais *A Gazeta* e *O Trabalhista*, alinhados ao PTB e críticos do governo autoritário, foram empastelados. Essa repressão à imprensa e a invasão de instituições democráticas revelam o esforço do regime em silenciar vozes dissidentes e consolidar sua hegemonia por meio da força, reprimindo qualquer defesa pública de figuras como Plínio Ramos Coelho e restringindo os espaços de oposição no Amazonas.¹⁸

É importante destacar que o regime ditatorial instaurado em 1964 impactou estados e municípios em diferentes níveis, variando conforme o contexto local., incluindo regiões muitas vezes percebidas como periféricas no contexto político nacional. Esse fato desmistifica o conceito equivocado de "ditabranda", que sugere a ausência de repressão e autoritarismo em certas localidades. A violência do regime não se limitou aos grandes centros urbanos; pelo contrário, manifestou-se de maneira sistemática em diferentes níveis, afetando lideranças políticas, organizações sociais, sindicatos e a imprensa local. No Amazonas, por exemplo, episódios como a cassação de mandatos, intervenções em sindicatos, prisões arbitrárias e empastelamento de jornais ilustram como a repressão foi ampla e estruturada, alcançando até mesmo os

¹⁷ QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Plínio Ramos Coelho: O Ganso do Capitólio. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; UGARTE, Auxiliomar Silva. **Trajetórias na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019. p. 118.

¹⁸ Jornal do Comércio, 11 de agosto de 1964.



rincões do país. Essa análise evidencia que o autoritarismo foi uma prática nacional e que a ditadura operou como um mecanismo de controle social e político em todas as esferas do território brasileiro.

A Ditadura Civil-Militar em Parintins: As relações da Câmara Municipal de Parintins com o regime autoritário e repressivo no ano de 1964

No período inicial da eclosão do golpe que depôs João Goulart da Presidência da República, em 1964, a situação política em Parintins seguiu um curso aparentemente tranquilo. A Câmara Municipal da cidade manteve suas atividades sem maiores sobressaltos, conforme registrado nas atas de 1964. Esse comportamento pode ser interpretado como uma tentativa de adaptação ao novo cenário político, no qual as pressões e os alinhamentos locais com o regime militar começaram a se desenhar. A ausência de confrontos imediatos nas primeiras semanas do golpe em Parintins reflete, possivelmente, a estratégia de neutralidade ou de conformidade de setores políticos locais diante da mudança de poder, enquanto a repressão se consolidava em outras esferas do país.

Em janeiro de 1964, assumiram seus cargos o prefeito Raymundo Dejard Vieira e os vereadores eleitos para compor a V Legislatura de Parintins. A cerimônia de posse contou com a presença de autoridades de grande influência no âmbito estadual, incluindo representantes dos três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário — do Amazonas. Esse evento, realizado em um momento de grande instabilidade política no país, marcou a transição para um período de tensões políticas intensas, ainda que, naquele instante, a cidade de Parintins vivenciasse um cenário de relativa normalidade institucional. A presença dessas autoridades estaduais reflete a tentativa de manter a estabilidade e os laços políticos locais em meio aos primeiros sinais de uma crise política nacional que culminaria com o golpe militar poucos meses depois.¹⁹

Durante o período da quinta legislatura (1964-1968), a Câmara Municipal de Parintins foi composta pelos seguintes vereadores: José Pedro de Almeida Faria, Geminina Campos Bulcão Bringel, Alberto Kimura Filho, Gláucio Bentes Gonçalves, Raimundo Nonato Barbosa, Raimundo Reis Barbosa, Raimundo Osmar de Araújo e Guilherme Ribeiro. Além desses, havia os suplentes:

¹⁹ BUTEL, Irian. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012. p. 23-24.



Raimundo Bentes de Jesus, Luiz Teixeira Rodrigues, Lino T. Rodrigues, Zilmo Ferreira de Souza e Antônio Salvador de Moura. O chefe do poder executivo municipal, à época, era Raymundo Dejard Vieira (1964-1968). Esse grupo de vereadores exerceu suas funções legislativas durante um período de transformações políticas no Brasil, com o golpe militar prestes a mudar profundamente a dinâmica política nacional e local.²⁰

Em 1964, foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Câmara Municipal de Parintins: José Pedro Almeida Faria e Geminiana Campos Bulcão Bringel²¹. Esses parlamentares assumiram suas funções em um ano marcado por intensas transformações políticas no Brasil, com a eclosão do golpe militar que depôs o presidente João Goulart e instaurou a Ditadura Civil-Militar. A eleição desses representantes no Legislativo municipal ocorreu em um contexto de grande instabilidade política, refletindo o processo de adaptação das instituições locais à nova realidade autoritária que começava a se consolidar no país.

Na véspera do golpe militar que eclodiria em Brasília, a Câmara Municipal de Parintins seguiu seu funcionamento normal. No dia 30 de março de 1964, os trabalhos legislativos na cidade transcorreram sem maiores alterações ou sinais de agitação, refletindo, nesse contexto local, uma aparente tranquilidade. Esse episódio pode ser interpretado como uma demonstração da adaptação dos órgãos municipais à crescente tensão nacional, onde, embora o golpe estivesse prestes a ser deflagrado, algumas esferas do poder local se mantiveram alheias ou, ao menos, não reagiram de forma ostensiva à mudança iminente.

Na sessão de 30 de março de 1964, a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel presidiu os trabalhos pela primeira vez como presidente em exercício da Câmara Municipal de Parintins. Durante essa reunião, os assuntos discutidos foram, em sua maioria, de caráter administrativo e local, como reparos em uma máquina de escrever e a localização de uma planadeira²². Esses temas foram abordados pelo vereador Gláucio Bentes Gonçalves, refletindo a rotina legislativa da cidade em um momento em que o país vivenciava uma crescente tensão

²⁰ BUTEL, Irian. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012. p. 22-23.

²¹ BUTEL, Irian. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012. p. 25.

²² Livro de Atas 61/64, p. 146.



política, prestes a ser marcada pela eclosão do golpe militar no dia seguinte. A natureza dos assuntos tratados demonstra uma tentativa de manter o funcionamento da Câmara Municipal dentro de uma normalidade institucional, mesmo diante da instabilidade política que se aproximava.

Na véspera do golpe, durante a sessão da Câmara Municipal de Parintins em 30 de março de 1964, houve também uma discussão envolvendo o vereador Raimundo Osmar. Ele foi criticado por seus colegas devido ao fato de ter rasgado um documento público que indicava o preço tabelado da carne-verde, reajustado pela Prefeitura. O ato gerou repercussão entre os parlamentares, que expressaram desaprovação, considerando-o um desrespeito às medidas administrativas estabelecidas. Além disso, o vereador Raimundo Osmar relatou ter sido desacatado por um policial, que, de acordo com suas palavras, o ameaçou com uma faca. Esse episódio ilustra a tensão local e as disputas políticas internas em Parintins, meio que alheias ao contexto da crescente crise política nacional que culminaria com o golpe militar no dia seguinte.²³

A questão do reajuste no preço da carne-verde gerou um debate acalorado na Câmara Municipal de Parintins, na véspera do golpe de 1964. O líder do prefeito, vereador Gláucio Bentes Gonçalves, defendeu o aumento, alegando que ele havia sido resultado de um acordo entre a Prefeitura e a Câmara Municipal. Em resposta, a vereadora Geminiana Campos Bulcão Bringel criticou o reajuste, argumentando que ele prejudicava principalmente a população mais pobre da cidade, que seria a mais impactada pelo aumento dos preços. Gláucio Gonçalves, por sua vez, retrucou dizendo que o debate deveria ser tratado sem demagogia, reconhecendo a situação econômica crítica do Brasil naquele momento, com um índice inflacionário extremamente alto. Esse confronto entre os parlamentares reflete as tensões políticas locais, enquanto o país se preparava para a mudança radical que se instauraria com o golpe militar, além de evidenciar a difícil realidade econômica enfrentada pelas autoridades em um período de instabilidade política.²⁴

No dia 31 de março de 1964, conforme os documentos oficiais da Câmara Municipal de Parintins, não há registros sobre discussões ou atividades legislativas naquele dia. Este, no entanto, foi o momento culminante do golpe que

²³ Livro de Atas 61/64, p. 146.

²⁴ Livro de Atas 61/64, p. 147.



derrubou o presidente João Goulart em Brasília, marcado pela ação das forças militares, com apoio da 4ª divisão de Infantaria do I Exército, liderado por Olímpio Mourão Filho, que deu início à instauração da Ditadura Civil-Militar no Brasil. A ausência de registros na Câmara de Parintins pode refletir a quietude momentânea na cidade, que ainda não havia sido diretamente impactada pelos primeiros desdobramentos do golpe, mas que, como o restante do país, começaria a vivenciar as consequências do regime autoritário que se consolidava.

Um momento de grande impacto na história política brasileira ocorreu no dia 9 de abril de 1964, com a instituição do Ato Institucional nº 1 (AI-1). Como já mencionado, nesse contexto, foi divulgada uma lista com 102 nomes de políticos que tiveram seus mandatos cassados e direitos políticos suspensos, incluindo figuras de grande influência no Amazonas, como Gilberto Mestrinho e Almino Álvares Afonso. O que chama atenção, no entanto, é o silêncio e a ausência de qualquer repúdio por parte da Câmara Municipal de Parintins ou de seus vereadores diante de tal ato de grande gravidade. Enquanto o país vivia a instauração de um regime autoritário que cassava direitos políticos e suprimia liberdades, as discussões no Legislativo local continuavam sendo pautadas por questões de ordem local e administrativa, como a distribuição e o tabelamento do preço da carne no mercado municipal de Parintins. Esse contraste evidencia não só a desatenção ou até mesmo a omissão diante dos grandes acontecimentos nacionais, mas também a desconexão da política local com os rumos mais amplos do país, não refletindo a instabilidade relativa das questões cotidianas enquanto o Brasil passava por transformações profundas e autoritárias.

No mesmo dia da instituição do Ato Institucional nº 1, em 9 de abril de 1964, a Câmara Municipal de Parintins registrou seu primeiro contato oficial com o novo sistema político que acabara de ser instaurado no Brasil. Durante a sessão, o vereador Raimundo Osmar de Araújo fez um pedido de ponto facultativo para o dia 15 de abril de 1964, data em que o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco seria empossado presidente do Brasil pela Junta Governativa, após sua eleição indireta pelo Congresso Nacional. Em seu discurso, o vereador solicitou ainda que fosse feita uma comunicação oficial através do rádio, parabenizando a todos sobre o apoio dos chefes militares e dos governadores que haviam se alinhado ao golpe que depôs o presidente João Goulart. Raimundo Osmar se referia a esse evento como um "movimento revolucionário", legitimando o golpe



e endossando a mudança de regime. Este momento revela não apenas o apoio local ao golpe, mas também a forma como a narrativa oficial da "revolução" foi rapidamente assimilada e propagada, refletindo a adesão ao novo regime militar, mesmo em um município distante dos centros decisivos do poder político nacional.²⁵

No dia 13 de abril de 1964, a vereadora Geminiana Bringel solicitou ao Poder Executivo de Parintins um esclarecimento à população sobre o chamado "movimento revolucionário". Tal pedido suscita duas interpretações possíveis: ou a vereadora realmente acreditava que os eventos recentes configuravam uma revolução legítima, ou ela, como outros vereadores, ajustava seu discurso para não se contrapor ao golpe militar. Este posicionamento estratégico pode ser compreendido à luz do contexto repressivo instaurado pelo Ato Institucional nº 1, que já havia demonstrado de forma contundente o alcance das medidas arbitrárias dos golpistas contra seus opositores. Assim, o pedido de Geminiana pode ser lido como uma tentativa de alinhar-se ao novo regime ou, ao menos, evitar represálias, em um momento em que o medo e a coerção permeavam o cenário político nacional.²⁶

No mesmo dia 13 de abril de 1964, o vereador Gláucio Bentes Gonçalves propôs que o Executivo e o Legislativo de Parintins, de forma conjunta, emitissem uma manifestação sobre os eventos políticos em curso no país. Contudo, longe de ser uma manifestação contrária ao golpe militar, a proposta visava elaborar uma nota justificativa e colaborativa em apoio ao regime de exceção. Esse posicionamento evidencia como, em muitos contextos locais, as lideranças políticas optaram por uma postura de alinhamento ou complacência diante do novo regime autoritário, seja por convicção, seja por estratégia de sobrevivência em um cenário de repressão crescente. Essa nota, em essência, consolidava o apoio institucional de Parintins ao regime, reforçando a narrativa oficial de legitimidade do golpe e minimizando qualquer possibilidade de resistência ou contestação no âmbito municipal.²⁷

Tudo indica que a proposição do vereador Raimundo Osmar de Araújo para declarar ponto facultativo no dia 15 de abril de 1964, em razão da posse do

²⁵ Livro de Atas 61/64, p. 151.

²⁶ Livro de Atas 61/64, p. 153.

²⁷ Livro de Atas 61/64, p. 153.



Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco como presidente do Brasil, foi aceita. Não há registros de atividades ou expediente da Câmara Municipal de Parintins nessa data, reforçando a hipótese de que a sugestão foi acatada. Esse gesto, embora possa parecer protocolar, simboliza a adesão do legislativo municipal ao novo regime político instaurado, alinhando-se à narrativa oficial do golpe como um "movimento revolucionário" que deveria ser celebrado e reconhecido institucionalmente.

Em maio de 1964, mesmo diante de ações arbitrárias da ditadura, como a cassação do deputado estadual Arlindo Porto, de vereadores da Câmara Municipal de Manaus e de representantes sindicais, a Câmara Municipal de Parintins manteve-se em silêncio. Não há registros de manifestações, notas de repúdio ou quaisquer posicionamentos contrários aos atos repressivos. Essa inação é particularmente notável, já que os políticos cassados pertenciam ao PTB, o mesmo partido de alguns vereadores de Parintins. Essa postura sugere uma tentativa de evitar confronto com o regime recém-instalado, seja por concordância, seja por medo das consequências já evidenciadas pelo Ato Institucional nº 1. Assim, os legisladores locais agiram como se os acontecimentos de grande impacto político e social não os afetassem diretamente, priorizando uma aparente neutralidade ou alinhamento estratégico.

Na sessão de 8 de maio de 1964, a Câmara Municipal de Parintins recebeu o ofício nº 56/64, enviado pelo Poder Executivo, atestando que Raymundo Dejard Vieira permanecia como prefeito do município, exercendo suas funções normalmente mesmo após a eclosão do golpe de Estado na capital federal.²⁸ Este documento demonstra que, apesar das mudanças políticas e institucionais em âmbito nacional, em Parintins a administração municipal seguiu oficialmente sem alterações ou interrupções significativas naquele momento. Isso reforça a ideia de que, no plano local, os efeitos imediatos do golpe foram absorvidos de forma a manter uma aparência de continuidade e estabilidade administrativa.

Na mesma sessão de 8 de maio de 1964, a Câmara Municipal de Parintins recebeu mensagens de figuras proeminentes do cenário político nacional, como Carlos Lacerda, Auro de Moura Andrade e o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Essas mensagens expressavam agradecimentos pelas felicitações

²⁸ Livro de Atas 62/64, p. 159.



enviadas pela Câmara de Parintins em relação ao suposto "êxito" do chamado "movimento revolucionário".²⁹

Esse episódio evidencia, mais uma vez, a adesão discursiva dos legisladores locais ao golpe de Estado, tratado de forma oficial como uma revolução legítima. Essa retórica alinhada ao novo regime autoritário reflete tanto uma tentativa de legitimação do poder recém-instalado quanto uma estratégia de proteção por parte dos políticos locais, que buscavam evitar possíveis represálias ou associações com a oposição. Tal postura ilustra como a narrativa do "movimento revolucionário" foi rapidamente incorporada e disseminada nas esferas municipais, contribuindo para a consolidação ideológica do regime de exceção.

Outras questões de grande relevância política passam completamente à margem das discussões da Câmara Municipal de Parintins, como a cassação do governador do Amazonas, Plínio Ramos Coelho, e a consequente perda de seus direitos políticos por 10 anos. Apesar de a cassação do governador ter ocorrido em 14 de junho de 1964, o legislativo parintinense se mostrou inerte diante de tal acontecimento, sem qualquer manifestação ou ação efetiva em relação ao ocorrido. Essa omissão é ainda mais notável considerando que os trabalhos legislativos haviam sido licenciados em 5 de junho, poucos dias antes do episódio. Esse silêncio institucional evidencia uma postura de alinhamento ou, no mínimo, de conivência com os atos arbitrários do regime, reforçando a narrativa de aceitação tácita ou estratégica das imposições do governo autoritário. A ausência de qualquer tipo de repúdio ou posicionamento crítico revela a fragilidade das instituições municipais em resistir aos atos repressivos que marcavam o período inicial da ditadura militar.

Outro fator relevante que demonstra a postura da Câmara Municipal de Parintins durante esse período é a ausência de registros sobre felicitações ou manifestações relacionadas à eleição indireta de Arthur César Ferreira Reis ao cargo de governador do Amazonas. Este fato, ocorrido em um contexto de extrema relevância para o estado, marcou o início de uma gestão caracterizada pela intensificação da repressão contra opositores políticos.

²⁹ Livro de Atas 62/64, p. 159



A eleição de Reis, promovida pela Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas (ALEAM), foi parte do alinhamento do estado ao regime militar. Sob sua liderança, a repressão tornou-se mais efetiva e abrangente, atingindo setores políticos, sindicais e até mesmo a imprensa, como evidenciado pelos empastelamentos de jornais críticos ao regime.

A falta de qualquer posicionamento oficial da Câmara de Parintins sobre essa nomeação, seja em apoio ou crítica, reforça a percepção de um distanciamento em relação às mudanças políticas em curso. Essa atitude pode ser interpretada como uma estratégia de autopreservação diante do clima de perseguição instaurado pelo regime, ou como uma demonstração de desinteresse em se engajar em questões estaduais mais amplas, preferindo concentrar-se nas pautas locais e evitando entrar em confronto com o governo autoritário.

No dia 12 de agosto de 1964, ocorreu um marco significativo no cenário político do Amazonas: Plínio Ramos Coelho, ex-governador do Estado e figura central da política local, foi preso por ordem de Arthur César Ferreira Reis, que então ocupava o cargo de governador. Este episódio exemplifica a intensificação da repressão política no estado sob o regime militar.

Simultaneamente, os jornais A Gazeta e O Trabalhista, conhecidos por suas críticas ao governo autoritário e por seu alinhamento com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), foram empastelados. Este ato de violência contra a imprensa demonstrou a intolerância do regime em relação a qualquer forma de oposição ou liberdade de expressão. Além disso, os redatores desses jornais foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, uma legislação usada amplamente pelo regime militar para justificar prisões arbitrárias e perseguições políticas.

Esses eventos reforçam a narrativa de que o Amazonas não esteve alheio aos arbítrios do regime militar e que a repressão foi sentida de forma concreta em diferentes setores da sociedade, desde lideranças políticas até a imprensa. A ausência de registros de manifestações ou repúdios por parte da Câmara Municipal de Parintins em relação a esses acontecimentos revela, novamente, a postura de inércia ou alinhamento estratégico com o novo regime, seja por temor, seja por concordância tácita.

Durante o recesso legislativo municipal de Parintins, ocorrido em 15 de setembro, não houve manifestações por parte dos vereadores condenando as ações arbitrárias atribuídas aos agentes envolvidos em supostos atos de golpe no



Amazonas, incluindo o governador Arthur Reis. A ausência de uma resposta formal ou de uma moção de repúdio por parte do legislativo local levanta questionamentos sobre a posição política dos representantes municipais frente a eventos de tamanha gravidade que afetam o estado democrático de direito.

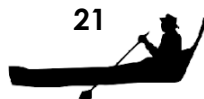
No dia 15 de setembro, quando os trabalhos legislativos foram retomados, o prefeito Raimundo Dejard Vieira teve a oportunidade de apresentar sua mensagem de governo à Câmara³⁰. Tal mensagem, que poderia esclarecer a postura do executivo municipal em relação aos acontecimentos recentes no Brasil e especificamente no Amazonas, não foi localizada para análise. Isso representa uma lacuna significativa, pois a mensagem do prefeito poderia servir como um indicativo de como a administração municipal pretende lidar com as implicações locais de tais atos, bem como demonstrar alinhamento ou desalinhamento com as práticas contestadas do governo estadual.

A omissão dos vereadores e a inacessibilidade da mensagem do prefeito são, portanto, preocupantes, pois indicam uma possível passividade ou, pior ainda, uma conivência com os atos que estão sendo questionados. É essencial que os políticos assumam um papel ativo no debate público, defendendo a legalidade e os direitos fundamentais, e que forneçam aos seus eleitores as informações necessárias para uma compreensão plena da política local em contexto nacional.

Ao longo do ano de 1964, especialmente após o golpe militar que resultou na ditadura no Brasil, não se observou uma reação vigorosa por parte da Câmara Municipal de Parintins, nem de seus políticos, em oposição ao autoritarismo e à repressão que se instauraram no país. Essa inércia legislativa pode ser interpretada de várias maneiras, refletindo um cenário complexo de motivações e circunstâncias.

Uma das possíveis razões para a ausência de uma ação enérgica contra os atos autoritários seria a intenção dos vereadores de preservar suas posições políticas e cargos. Em um contexto de fechamento político e perseguições, muitos optaram pelo silêncio ou pela conformidade como estratégias de sobrevivência política. A autodefesa se tornou uma prioridade, uma vez que a contestação poderia acarretar em retaliações severas, incluindo a perda de mandatos e a liberdade pessoal.

³⁰ Livro de Atas 61/64, p. 178



Outra hipótese a considerar é o medo generalizado que se propagou entre os políticos da época. A incerteza sobre as consequências de uma oposição declarada ao regime militar emergente poderia levar à inação, dado o histórico de violência e repressão que caracterizou os primeiros momentos após o golpe. A falta de garantias institucionais e a presença de um clima de intimidação poderiam efetivamente silenciar vozes discordantes.

Por último, não se pode descartar a possibilidade de que alguns membros da Câmara Municipal de Parintins estivessem ideologicamente alinhados com as práticas do regime militar. A justificativa de combate à corrupção e à subversão, amplamente utilizada pelos militares, poderia encontrar eco entre políticos que compartilhavam de uma visão de mundo conservadora e que viam no novo regime uma promessa de ordem e progresso.

Independentemente da motivação, a falta de uma postura crítica e ativa por parte dos legisladores municipais pode ser vista como um reflexo da época, onde a liberdade de expressão estava severamente limitada e o espírito de resistência encontrava-se sufocado. O silêncio da Câmara Municipal de Parintins, nesse sentido, é um exemplo do desafio enfrentado por muitos órgãos legislativos locais em todo o Brasil, que lutavam para manter relevância e autonomia em um cenário político cada vez mais repressivo. É essencial que a história desses períodos seja examinada com cuidado, levando-se em conta o contexto e as pressões sofridas pelos políticos da época, para que se possa compreender melhor as dinâmicas de poder e as reações institucionais diante de mudanças autoritárias.

Considerações finais

A análise da postura da Câmara Municipal de Parintins durante os primeiros momentos do golpe militar revela as complexas dinâmicas de apoio e conformismo que caracterizaram a relação entre os poderes locais e o governo autoritário instaurado após o golpe de 1964. Embora a cidade de Parintins estivesse distante dos grandes centros de poder político, o estudo demonstrou que as repercussões do golpe não se limitaram às capitais ou áreas metropolitanas, mas tiveram um reflexo significativo também nas esferas locais, com suas próprias particularidades e lógicas de adaptação ao novo regime. A Câmara Municipal, em particular, destacou-se como um ator importante na



reprodução e legitimação das políticas repressivas que se consolidaram no Brasil durante a ditadura.

A adesão do legislativo parintinense ao regime de exceção não foi uma imposição unidirecional, mas um processo de alinhamento político e estratégico que envolveu tanto a colaboração como a negociação entre os diferentes grupos de poder locais. Os vereadores da época, representando uma elite política local, buscaram se adaptar ao novo contexto, muitas vezes utilizando a conjuntura de repressão para reforçar sua própria posição política e social. Esse fenômeno evidencia a flexibilidade das lideranças locais em se associar ao regime, seja por interesses pragmáticos, seja por conformismo ideológico, uma vez que o golpe de 1964 foi justificado como uma “revolução” que visava restaurar a ordem e combater o perigo comunista, discurso que foi amplamente internalizado em diversos níveis da sociedade brasileira, incluindo nas esferas locais.

A pesquisa também trouxe à tona a importância do estudo das relações entre o regime militar e os municípios, ampliando a compreensão sobre a capilaridade do autoritarismo e sua influência nas instituições locais, muitas vezes distantes dos grandes centros de decisão política. A análise das atas da Câmara Municipal e dos discursos dos vereadores de Parintins permitiu observar como a política local se tornou um reflexo do que acontecia em nível nacional, revelando a fragilidade da democracia naquele período e a maneira como o autoritarismo encontrou, em contextos aparentemente periféricos, um terreno fértil para a sua consolidação.

Em suma, o estudo da Câmara Municipal de Parintins durante a Ditadura Civil-Militar não apenas contribui para a historiografia sobre o impacto do regime nos municípios, mas também oferece uma nova perspectiva sobre a dinâmica do poder local em um período marcado pela repressão, pela censura e pela violação de direitos humanos. O caso de Parintins serve como um microcosmo das tensões vividas em todo o Brasil, onde a resistência ao regime muitas vezes se viu ofuscada por práticas de colaboração e conformismo. Dessa forma, é fundamental que continuemos a investigar essas realidades locais para uma compreensão mais profunda das complexidades do autoritarismo e sua atuação nas diversas esferas da sociedade brasileira.

Data de submissão: 19/12/2025

Data de aceite: 10/02/2025



Referências

Fontes

Jornal do Comércio (1964). Hemeroteca Digital Brasileira.

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1961/1964.

LIVRO DE ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARINTINS – 1962/1964.

Referências bibliográficas

BUTEL, Irian. **História e Memória Política do Município de Parintins.**

Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

FICO, Carlos. Versões e Controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 24, n^o 47, p.29-60. 2004.

FICO, Carlos. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas.** São Paulo: Editora Contexto, 2017.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988.** São Paulo: Boitempo, 2004.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2004.

PINHEIRO, Maria Paula; RIBEIRO, Jandira Magalhães; QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Censura e disputas políticas no Amazonas: os casos dos jornais A Gazeta e O Trabalhista. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. **História Impressas: Imprensa e Periodismo na região Norte (1930-1988).** Manaus: Editora Valer (2022).

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Plínio Ramos Coelho: O Ganso do Capitólio. In: QUEIRÓS, César Augusto Bubolz; UGARTE, Auxiliomar Silva. **Trajetórias na Amazônia Republicana.** Manaus: Editora Valer, 2019.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: Do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

STARLING, Heloísa; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.



